

“RAÇA” E FORÇAS ARMADAS NA BAHIA OITOCENTISTA

KRAAY, Hendrik. *Política racial, estado e forças armadas na época da independência: Bahia, 1790-1850*. São Paulo: Hucitec Editora, 2011. 417 p.

*D*ez anos após seu lançamento nos Estados Unidos, aparece a edição brasileira desta importante contribuição ao estudo das forças armadas baianas no período da independência. A história militar neste livro atua como uma ferramenta para o entendimento das conexões entre a política local e as questões nacionais numa época turbulenta. Hendrik Kraay examina o Exército profissional e as milícias na cidade de Salvador entre 1790 e 1850. Trata-se da trajetória de dois pilares da ordem em meio a transformações na natureza do poder político. Os principais atores são: uma comunidade senhorial ciosa da manutenção de suas prerrogativas, um oficialato cujas lealdades encontravam-se divididas, um corpo de soldados interessados em manter um mínimo de autonomia pessoal e uma força miliciana em busca de reconhecimento e

status. Esses grupos foram distintamente afetados pelas transformações em curso. Ao final do período alguns sofreram mudanças substanciais na sua composição, enquanto outros simplesmente desapareceram como atores políticos. A hierarquia sobreviveu, não sem sofrer adaptações ao novo ambiente.

A análise realizada pelo historiador canadense demarca os conflitos políticos soteropolitanos, revelados da perspectiva dos diversos segmentos que integravam as organizações militares terrestres naquela cidade e região vizinha. O pano de fundo é a crise do Império ultramarino português e os esforços para a construção de uma alternativa centralizada, numa província estratégica para a consolidação da unidade territorial pretendida pelo nascente Império brasileiro. O Exército e as milícias foram ato-

res decisivos para a vitória do projeto unitário. Mas a adesão dos militares à causa do Brasil não dirimiu as incertezas quanto à lealdade dos quadros castrenses em relação aos grupos dominantes de uma das poucas áreas nas quais a luta pela independência resultou em combates e remoções. Segmentos dessas mesmas forças terrestres forneceram contingentes que apoiaram os movimentos contestatórios que desafiaram a solução monárquica durante os quinze anos seguintes à Independência. A associação entre protesto político e insatisfação profissional é uma das qualidades da narrativa.

Alguns dos temas analisados já são conhecidos do público brasileiro através de artigos publicados pelo autor: a profissionalização dos oficiais no século XVIII, o recrutamento de escravos, o papel da tropa na gestão da Revolta dos Periquitos, o componente racial na eclosão da Sabinada, a natureza relacional do recrutamento militar, a reorganização do Exército após o Regresso. Mas estes temas aparecem aqui encadeados de forma detalhada, alinhados a discussões que permanecem inéditas em língua portuguesa. Assim como permaneciam inéditos muitos dos mapas e gráficos agora apresentados nessa versão modificada da tese de doutorado do autor.

Um dos pontos altos do livro reside na identificação das hierarquias

que ordenavam oficiais e soldados tanto no Exército regular como nas milícias segregadas. Esse trabalho é realizado através de uma pesquisa minuciosa, que desvela os intrincados mecanismos que conformavam a cadeia de obediência. O autor demarca as transformações na composição de soldados e oficiais do Exército e das milícias a partir dos eventos externos, ressaltando as consequências dessas mutações nos alinhamentos políticos posteriores. Esse detalhamento enfatiza igualmente um dos problemas do texto: a complexidade do ordenamento de classe e raça no ambiente de Salvador. Ressalte-se que raça é aqui apresentada como uma “construção social” (p. 24), antes que uma realidade biológica. Seus múltiplos enquadramentos na hierarquia militar enfatizam a maleabilidade dos mecanismos de seleção e recrutamento de soldados e oficiais, segundo uma linha de cor cujos contornos foram por vezes manipulados para acomodar diferentes indivíduos às classificações raciais de suas respectivas unidades. O fato de esses mesmos indivíduos frequentemente negociarem sua “raça” com as autoridades, ressalta a importância do Estado na “promoção e manutenção da política racial” (p. 25).

Durante o período colonial, o corpo de oficiais era vinculado à elite baiana. Essa associação devia-se ao nascimento ou às conexões pessoais

cristalizadas através do casamento, do apadrinhamento ou da parceria em negócios. Predominavam os nativos da província, situação que homogeneizava esse corpo pela origem geográfica. Essa composição modificou-se paulatinamente ao longo do primeiro reinado quando ocorreu um esforço de nacionalização da corporação. Neste momento aconteceu um primeiro expurgo nos quadros, com a expulsão dos oficiais que tomaram partido do constitucionalismo português. O corpo militar foi novamente reduzido no início da década de 1830, quando a Regência liberal licenciou a maior parte daqueles nascidos em Portugal, juntamente com parcela expressiva dos brasileiros e consideráveis segmentos da tropa que regressara da Guerra Cisplatina (1825-28).

O Exército era visto como uma garantia precária para a manutenção da ordem, pois sua composição heterogênea e pouco profissionalizada representava uma fonte potencial de instabilidade. Sua desmobilização resultou de uma iniciativa nacional, mas foi bem vista pelas lideranças locais, agora agrupadas em torno da recém-criada Guarda Nacional. Somente ao final da década de 1830 um corpo renovado emergiria. Mas então seus oficiais dependeriam muito mais das conexões internas à instituição do que de contatos com a elite baiana. Nesse período desapareceram os generais oriundos do engenho es-

cravista. O Exército se tornou mais dependente de suas carreiras, demonstrando o início de um novo ciclo de profissionalização; e deixaria de ser baiano para tornar-se brasileiro, num impulso que responderia aos esforços do Regresso para dotar o Império de um poder militar consistente. O resultado foi o empobrecimento da oficialidade, “que passou a constituir um componente da classe média, com seus membros dependendo do Estado para sua sobrevivência frequentemente precária” (p. 264).

Um tema recorrente no livro é a incapacidade da administração militar para organizar essas forças corporativamente. Nem a disciplina propriamente militar nem os arranjos de colaboração entre governo e entes privados funcionavam como planejado. Essas limitações ilustram algumas das dificuldades para construir o Estado em meio aos problemas que afetaram as administrações coloniais e, posteriormente, monárquicas, numa província cuja lealdade ao Estado imperial foi construída de forma hesitante. Uma questão central era a enorme permeabilidade social da corporação. Segundo Kraay, durante o período colonial o Exército não conseguia isolar seus soldados da população. Essa situação limitava a abrangência das normas disciplinares, muito distantes daquelas que orientariam as instituições europeias da mesma época. A disciplina era limitada por

uma “interação complexa entre soldados, oficiais e civis” (p. 19). Essa constatação afasta-se do prisma das forças armadas como espaço opressivo, proto-penal, ordenado pelo código de Lippe, que orientou muitas das análises sobre o Exército nos anos finais do período colonial.

Distante dos padrões disciplinares das organizações europeias, o Exército na Bahia constituiu um espaço de interação entre o Estado e os diversos grupos que habitavam Salvador. A baixa capacidade disciplinar da instituição permitia o surgimento de canais de negociação que limitavam a aplicação dos castigos físicos e das punições em caso de deserção. O autor demonstra as dificuldades para enquadrar disciplinarmente os soldados já que faltavam até mesmo os recursos para estabelecer quartéis, fortalezas e prisões que efetivamente apartassem fisicamente os praças do espaço urbano que os circundava.

Ao longo do Primeiro Reinado teve início o processo que acabou com as barreiras legais ao recrutamento de não brancos, que seria consolidado com a Lei de 1837. Alguns anos mais tarde o representante diplomático britânico na cidade descreveu a grande maioria do Exército como “composta de negros livres” (p. 291). A disciplina foi reforçada principalmente através da aplicação generalizada do açoite, mas essa prática quebrou a promessa de um Exér-

cito de cidadãos, tal como apresentada pelo primeiro imperador, contrariando as intenções dos reformadores militares como Raimundo da Cunha Matos, que se inclinavam por um sorteio para a seleção de praças e pela abolição de castigos físicos que aproximavam a condição de soldado da de escravo.

Na segunda metade da década de 1830, a rotatividade dos batalhões retirou tropas baianas da cidade, promovendo simultaneamente a vinda de contingentes de outras províncias. Essas medidas colaboraram para distanciar os soldados da população. A nacionalização da guarnição de Salvador e o envio de baianos para lutar contra revoltas federalistas alhures afetaram os vínculos pessoais que ordenavam as vidas dos soldados. Mesmo assim, a hierarquia foi incapaz de isolar completamente esses praças do entorno social. A guarnição de Salvador permaneceu distante do padrão das instituições totais, tal como descritas pelo trabalho clássico de Ervin Goffman.¹ Tratava-se ainda de um Exército do antigo regime, com sérios problemas de organização e baixo grau de profissionalismo, a despeito dos esforços empreendidos pelas autoridades para modernizá-lo.

As milícias apresentavam um quadro diferente, já que eram organiza-

¹ Ervin Goffman, *Manicômios, prisões e conventos*, São Paulo: Perspectiva, 2003

das pela interseção de cor e classe. Milícias brancas, negras e pardas inicialmente protagonizaram o esforço reformista da monarquia lusitana para envolver os diversos componentes da população livre na defesa do território. Nesse campo, a militarização da sociedade fez parte de um esforço mais geral, envolvendo grupos específicos no esforço pela manutenção da ordem, dada a incapacidade do Estado de monopolizar o exercício legítimo da coerção. Nesta discussão encontra-se outra contribuição importante do texto: aquela que diz respeito às alternativas abertas pela independência, especialmente ao oficialato negro das milícias, cuja adesão à causa do Brasil foi recompensada com reconhecimento e status. Os oficiais dos “Henriques” se alinharam às forças pró-independência, atitude que lhes valeu o reconhecimento social e político que seria fundamental para a consolidação da sua liderança durante a década de 1820, emergindo “como um pilar do regime imperial pós-independência” (p. 202).

Os oficiais negros optaram simultaneamente pela independência e pela defesa da ordem escravista. Ao assim agirem foram recompensados pelo imperador, que reforçou suas posições com melhores salários, influência e carreiras. Indivíduos como o capitão preto Joaquim de Santana Neves, que estava no centro do conflito da independência, “quebrando

pessoalmente o braço de um oficial português” (p. 203), utilizaram-se do contexto político para ampliar sua liderança entre os negros livres e libertos. Muitos eram libertos ou tinham relações muito próximas com estes, demonstrando o potencial da guerra para a ampliação das oportunidades aos membros da milícia. Mas esses privilégios ficaram restritos a negros livres e libertos, deixando de fora os escravos, de acordo com os padrões hierárquicos estabelecidos.

O estudo sobre a organização da Guarda Nacional em Salvador é único por abranger o período de transição durante o qual as milícias deram lugar àquela instituição. Trata-se novamente de uma medida que teve origem no centro político do Império, mas cujas consequências afetaram a organização política na cidade de Salvador. Com a ascensão dos regentes moderados, a dissolução das milícias e a criação da Guarda Nacional em agosto de 1831, os oficiais dos “Henriques” perderam seus poucos privilégios e vantagens. Em Salvador, a criação de uma “milícia cidadã” estigmatizou o oficialato das milícias negras, criando ressentimentos que levariam vários oficiais desse grupo a aderir à Sabinada em 1837. Como afirma o autor:

Paradoxalmente, foram as reformas liberais da década de 1830 que lançaram os oficiais pretos, defensores do regime imperial durante toda a

década de 1820, no campo liberal radical (p. 329).

Oficiais como o capitão de milícia Francisco Xavier Bigode que apelou ao jovem imperador para que extirpasse o abuso de que se sentia vítima, “provando o quanto é de sua vontade que a lei seja igual para todos” (p. 340). A dificuldade para alocar esses oficiais na força recém-criada expôs os limites do liberalismo brasileiro no período regencial, demonstrando também a dificuldade do poder central para adaptar as leis a contextos regionais específicos.

A derrota da Sabinada em março de 1838 eliminou definitivamente a influência desse grupo nos assuntos locais, já que o processo de exclusão dos oficiais dos Henriques afastou a maioria daqueles classificados como negros do quadro de oficiais da Guarda Nacional. Após o fim da revolta, foram também abolidas as eleições de oficiais inferiores, eliminando uma das principais características democráticas da nova corporação. Daquele momento em diante a Guarda passou a ser fortemente controlada pelo governo, antecipando futuras reformas que levariam a sua completa centralização em outras províncias no decorrer da década seguinte. Nesse processo, a administração da milícia cidadã concentrou-se nos grupos de renda mais alta que ocupariam os quadros de comando e seleção da instituição. A despeito do maior controle na seleção de

oficiais, a centralização do comando não eliminou os problemas operacionais, especialmente a resistência dos soldados da Guarda para cumprirem seus “deveres cívicos”, exceto em períodos de emergência.

O autor oferece uma contribuição original à história da administração militar, contestando com elegância algumas das teses clássicas sobre o tema. São diversos assuntos simultaneamente abordados com predominância dos conflitos interinstitucionais. No decorrer do texto, a média duração é repartida em vários cortes temporais, nos quais os indivíduos e suas decisões tornam-se protagonistas. Essas decisões envolvem os destinos da capitania/província na crise do Império marítimo lusitano e na adesão da mesma região ao Império do Brasil, um processo longo e errático no qual triunfam os interesses senhoriais, ainda que ao preço da diminuição de sua influência sobre o corpo de oficiais.

O Exército se tornaria mais profissionalizado e nacionalizado por volta dos anos 1850, distanciando-se da influência direta dos grandes comerciantes e dos fazendeiros escravistas do Recôncavo. A Guarda Nacional encerraria o ciclo das milícias segregadas, mas afastaria os oficiais negros anulando um dos poucos canais de ascensão social disponíveis a este grupo. A adesão da província ao Império manteria a ordem escravista

e a influência do grande latifúndio. Os soldados continuariam a ser uma parte visível e importante da cidade, mas seu potencial desestabilizador fora sensivelmente diminuído, circunstância que provavelmente contribuiu para o fim das revoltas urbanas em Salvador.

Deve-se ter algum cuidado para não generalizar a situação baiana para todo o Império. Trata-se aqui de uma guarnição urbana com alto índice de voluntários e pouca mobilidade geográfica. Essas características facilitaram certo relaxamento na execução das normas disciplinares. A cadeia de comando foi afetada pelos transtornos da guerra e pelas tensões resultantes dos deslocamentos produzidos pelos combates. As milícias desempenharam um papel proativo na adesão à causa da independência no contexto de clivagens sociais, raciais e nacionais entre os membros do Exército profissional no período que antecedeu a luta pela independência. A hierarquia militar também foi afeta-

da no pós-independência pelos esforços do nascente Estado imperial para nacionalizar a instituição. Este panorama é descrito a partir de uma pesquisa empírica soberba, que explora o peso das relações pessoais na configuração das hierarquias militares. Essas condições certamente colaboraram para que os soldados tivessem maior autonomia. Por outro lado, o papel das milícias negras foi bastante peculiar, dado que ali houve guerra contra os portugueses, circunstância que potencializou as questões relativas à lealdade e à adesão ao partido brasileiro abrindo espaço, ao menos temporariamente, para a ascensão social pela via militar a setores socialmente subalternos.

O trabalho de Kraay estuda a construção do Exército da perspectiva provincial, constituindo uma referência para novas pesquisas que se disponham a analisar a construção do Estado nas periferias do Império. Estudos posteriores poderão comparar a situação baiana com a de outras regiões.

Vitor Izecksohn

vizecksohn@gmail.com

Universidade Federal do Rio de Janeiro